

BREVES NOTAS SOBRE O CONCEITO DE CLASSE BURGUESA EM MARX E A RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DA CLASSE INDUSTRIAL NO CEARÁ

Maryland Bessa*

Enéas Arrais Neto**

Raimundo José de Paula Albuquerque***

[...] E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenarem à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignomínia crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um homem rico.

(Almeida Garret)

Introdução

O artigo pretende refletir sobre o conceito de classe burguesa em Marx delineando semelhanças e diferenças com as origens da classe burguesa industrial no Ceará. É nosso propósito, em primeiro momento, apresentar breves notas sobre o conceito de burguesia no legado marxiano e posteriormente retratar o movimento de consolidação da classe burguesa industrial no Estado do Ceará, ressaltando o avanço na percepção desse próprio conceito na contemporaneidade.

Para tanto, elegemos discutir o conceito de classe burguesa, tomando por base o Manifesto do Partido Comunista (1848) de Marx e Engels, Situação da Classe Trabalhadora

* Doutoranda em Educação Brasileira – UFC, bolsista CNPQ.

** Doutorando em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará; pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Qualificação Profissional - LABOR; pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional – NUPEP; professor titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

*** Doutor em Educação Brasileira (UFC), Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC e do Laboratório de Estudos e Pesquisas do Trabalho – LABOR.

na Inglaterra (2010) e *Revolução e Contra-revolução*, obras clássicas da luta de classes. No Brasil, a discussão sobre a construção da classe burguesa fica a cargo de Florestan Fernandes com seu livro *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica* (2005), que conceitua de forma contundente a passagem das velhas oligarquias como preparação da classe burguesa industrial.

Dessa forma, chegamos ao ponto principal deste trabalho: discutir o emergir da classe burguesa industrial no Ceará, que dentre suas peculiaridades, dois pontos relevantes chamam atenção para uma pretensa análise dessa classe no âmbito da pós-modernidade. Em primeiro lugar, a diferenciação do arquétipo de sua estrutura com as antigas oligarquias alencarinas, ou seja, essas velhas correlações de força eram montadas nas relações de compadrio que, para alguns autores, Silva (2002) e Nobre (2008) ocorreram o rompimento desse processo quando a “nova classe burguesa industrial do Ceará” tomou o poder. Na realidade, não concordamos com essa posição, entendemos que a velha oligarquia cearense foi por assim dizer uma fase primitiva e de preparação dessa nova classe burguesa, logicamente com todas as suas vias de impossibilidades e/ou possibilidades. De certa forma, foi a velha oligarquia que trouxe os germes plantados para a consolidação dessa nova classe.

Outro ponto refere-se à própria concepção de classe que a burguesia construiu na contemporaneidade, a qual permeou a sua relação com o poder estatal, ou seja, a classe burguesa trouxe para a discussão a intervenção do Estado no processo econômico fazendo deste fato o amparo para sua legitimação como classe.

O Conceito de Classe Burguesa no Legado Marxiano

Frederich Engels abre o prefácio da edição polonesa de 1892 do Manifesto do Partido Comunista, com a observação que em “um país com grande indústria, cresce ao mesmo tempo entre os operários o desejo de serem esclarecidos sobre sua

posição como classe operária perante as classes possuidoras [...]” Partindo desse pensamento, achamos conveniente fazer o percurso ao contrário, compreender a classe burguesa que historicamente se antagoniza à classe operária, e os caminhos usados como legítimos do processo de exploração.

Segundo Hobsbaw (1998), o passado é, portanto, “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições”. Essa afirmação é exatamente o ponto que usamos para iniciar a nossa discussão sobre o tema. Diante da força avassaladora da história, percebemos que, para uma real compreensão das articulações conjunturais, precisamos recorrer a uma descrição da linearidade histórica da origem da burguesia, para, após esse momento, fazer as devidas reflexões sobre o tema, pois só assim entendemos o objeto de estudo em sua totalidade.

A origem da burguesia no campo da história se configura a partir da desintegração do regime feudal, que tinha como características uma economia semiestagnada, localizada e em grande parte de subsistência para um sistema em que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, concorrência pelos mercados e o negócio com propósito de lucro. Segundo Marx e Engels (1848), essa desintegração do feudalismo se dá a partir da

[...] descoberta da América, a circunavegação da África que abriram um novo campo de ação à burguesia nascente. Os mercados das Índias Ocidentais e da China, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias, o aumento dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação, à indústria, um impulso jamais conhecido antes e, em conseqüência, favoreceram o rápido desenvolvimento do elemento revolucionário na sociedade feudal em decomposição. (2008, p.46).

No que diz respeito à produção, a decomposição da sociedade feudal também encontra-se ligada a mudanças fundamentais no tripé agricultura, indústria e comércio. Falcon e Moura (1991, p.125/126), sendo que cada estrutura teve sua importância específica na passagem da Idade Média para

Idade Moderna. Na agricultura, o processo de acumulação realizou-se, sobretudo, através das transformações agrárias conhecidas como cercamentos ou enclosures. Os cercamentos trouxeram as transformações da propriedade agrícola em empresa manejada segundo os critérios do lucro e dentro do princípio individualista. No setor industrial, ocorreu a expansão acelerada do capital industrial, por conta das aplicações de recursos nas atividades produtivas.

Para uma ampla compreensão do processo, Marx (2006) complementa que os servos deram origem tanto à classe burguesa como à classe proletária. Alguns representantes da classe servil, na época feudal, ao se libertar das amarras do sistema, foram morar nos burgos dedicando-se à arte do comércio, doravante iniciou uma nova classe através de novas relações sociais. Todavia, no interior da classe burguesa também encontravam-se resquícios de setores da nobreza que, com as mudanças econômicas, dedicaram-se ao comércio e à produção. Essa compreensão do processo histórico de formação de classe é essencial para que se dimensione o "sistema de metamorfose de classes" que foi nesse caldeirão social o início do aparecimento da classe burguesa.

Assim nos parece que a constituição da classe burguesa industrial teve suas especificidades e que não foi só ela a movimentar a roda da história. As transformações históricas conduziram para o afloramento de uma classe que, em uma simbiose de configurações, ou seja, teve participação do pensamento monárquico e da estrutura ditatorial do regime feudal, diante de tal assertiva como dizer que uma nova classe (burguesia) surgia? Pensamos que essa "nova classe" formou-se a partir da composição estrutural do autoritarismo, da necessidade de domínios territoriais, das relações de dependência e tantas outras características que permeavam a Idade Antiga e a Idade Média.

Todavia, para Marx e Engels (2006), a classe burguesa desempenhou um papel revolucionário extremo, não só na transformação das relações econômicas, mas nas relações sociais a qual

Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou subsistir de homem para homem outro vínculo que não o interesse nu e cru, o insensível "pagamento em dinheiro". Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou a liberdade do comércio sem escrúpulos. (2006, p.48).

A questão principal não é saber o que difere essa classe das outras que já existiam, mas ter clareza como sua severidade executava essas transformações na sociedade. Nesse âmbito, Engels, em seu livro *A Situação da Classe Trabalhadora da Inglaterra* de 1844, já traduzia através das suas palavras que não conhecia "uma classe tão profundamente imoral, tão incuravelmente corrupta, tão incapaz de avançar para além do seu medular egoísmo." (2010, p.307). A classe burguesa já se tinha solidificado nas entranhas da sociedade. Partindo desse ponto, Marx delimita a compreensão literal por burguesia como "a classe dos capitalistas modernos proprietários dos meios de produção social e que empregam o trabalho assalariado". Portanto, a partir desse ponto do texto, corroboramos com a compreensão marxista no que diz respeito ao entendimento sobre classe burguesa.

A Classe Burguesa no Brasil: Algumas Considerações

Para Florestan Fernandes, é extremamente difícil localizar o momento de maturidade histórica em que ocorreu a consolidação do poder burguês e a dominação burguesa como classe social no Brasil. O autor destaca que, ao contrário de alguns autores, não foi com o fim do Império e o começo da República que essa classe teve sua estrutura consolidada. Na realidade, não existiu uma delimitação histórica para tal fato, o que ocorreu foi que, com a "crise do poder oligárquico,

inaugurava uma recomposição das estruturas de poder”, de fato “essa recomposição marca o início da modernidade.” (2005, p. 239).

A crise da velha oligarquia brasileira que inaugurou a nova configuração de poder tem início com os anos que antecedem as décadas de 1920 e 1930, em um cenário mundial de influências no campo econômico, político e social. Em 1917, ocorre a Revolução Russa que representa a ruptura da autocracia do Czar Nicolau II e a interposição do governo socialista soviético. A Primeira Guerra Mundial assola a Europa e deixa milhares de pessoas em elevado grau de miséria humana.

Biavaschi (2005) ressalta que, nos anos posteriores especificamente em 1921, fábricas agonizavam, milhares de homens e mulheres encontravam-se sem trabalho e os salários eram atingidos. O padrão ao qual se sustentava a economia de países que se erigiram como potência mundial, a Inglaterra principalmente, o “padrão-ouro”¹, fora suspenso, causando uma falta de cooperação e credibilidade no sistema financeiro.

Londres perdia a posição de mercado financiador de outros mercados. Em meio a esse processo, nos anos de 1928, “funcionários do Federal Reserve concluíram que uma onda de especulação financeira desviava o dinheiro de seu uso produtivo.” (BELLUZZO, 2004, p.13).

¹ O **padrão-ouro** foi o sistema monetário cuja primeira fase vigorou desde o século XIX até a Primeira Guerra Mundial. A teoria pioneira do padrão-ouro, chamada de teoria quantitativa da moeda, foi elaborada por David Hume em 1752, sob o nome de “modelo de fluxo de moedas metálicas” e destacava as relações entre moeda e níveis de preço (base de fenômenos da inflação e deflação). Cada banco era obrigado a converter as notas bancárias por ele emitidas em ouro (ou prata), sempre que solicitado pelo cliente. A introdução de notas bancárias sem esse lastro causou escândalos na França. Com o padrão-ouro, utilizado principalmente pela Inglaterra, o sistema conseguiu estabilidade e permaneceu até o término da I Guerra Mundial. Em alguns países periféricos, o sistema não foi adotado por se achar que a presença desses países e seus problemas de financiamento desestabilizariam o sistema. Dessa forma, a circulação de papéis-moeda foi feita pelo chamado sistema de “curso forçado”. No Brasil, o sistema foi adotado imperfeitamente, durante o Segundo Reinado e o início da República Velha (Governo Campos Sales). (POLLINI JR., 1999).

Essa situação gerou a elevação das taxas de juros domésticas reduzindo empréstimos americanos ao exterior, com isso, a especulação financeira atinge o seu maior grau, causando assim o *crash* de 1929, a Grande Depressão.² Essa situação abala a estrutura econômica de produção cafeeira nas terras brasileiras causando assim uma das maiores crises já vistas na economia nacional.

Segundo Furtado (1998), essa crise já podia ser prevista com a elevação da produção nos anos de 1800 a 1881, quando o aumento passou de 3,7 milhões de saca de café para 5,5 milhões, e depois da década de 1920, o país chegou a produzir 16,3 milhões de sacas do produto. Com a superprodução e na tentativa de estabilizar a economia, o governo adquiria cada vez mais dívidas externas para comprar o café produzido nas terras brasileiras. Essa situação foi condição para que o desequilíbrio econômico se aprofundasse cada vez mais, afetando assim as estruturas sociais e atingindo de vez a camada que representava a oligarquia cafeeira.

² A **Grande Depressão**, também chamada por vezes de **Crise de 1929**, foi uma grande depressão econômica que teve início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Este período de depressão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 16 nov. 2010. Complementando essa informação, FANO, em artigo com o título. "Los países capitalistas, desde la guerra mundial hasta la crisis de 1929", p. 91-140, enumera uma ordem fundamental de desequilíbrios do mercado internacional que culminaram com o estrondo da crise: a) os relacionados ao aparato produtivo; e b) os que se referem aos circuitos monetários e ao sistema internacional de pagamentos. A guerra eliminara, segundo Fano, parte da capacidade produtiva dos países beligerantes, tanto que a enorme demanda de produtos alimentícios se dirigiu aos EUA, induzindo os agricultores americanos a cultivar novas terras e a sustentar um processo já adiantado de racionalização e mecanização, tornando-se, no pós-guerra, o primeiro país do capitalismo mundial (fornecendo mercadorias e concedendo empréstimos). Graças à intensificação de sua produção agrícola e industrial destinada aos aliados, foi reforçada sua posição de primeiro país exportador do mundo. Possuindo mais da metade das reservas de ouro mundiais à excepcional balança comercial positiva, tocou-lhe, também, no pós-guerra, o papel de primeiro país exportador de capitais. (Tradução Própria).

De acordo com Biavaschi (2005, p.110), se esse fato ocorria no cenário nacional, a política do café, em seu movimento contraditório, também foi responsável pelo surgimento da indústria, "constituindo-se as bases para que a transição capitalista avançasse para uma nova etapa, sob o signo do capital industrial", ancorado neste fato, essa transformação também foi responsável por uma reestruturação de uma velha e decadente classe social e o ressurgir de uma nova.

No que diz respeito ao processo de industrialização, Oliveira (2003),³ especifica que o Brasil já apresentava pontos fundamentais que corroboraram para a implementação do capital industrial no país. Para o autor, já existia uma

massa de proletários passíveis de ser transformado em trabalhadores da indústria, o país não tinha mais uma relação de subordinação compulsória, como a servidão ou a escravidão. (OLIVEIRA, 2003, p. 161).

Além disso, por conta da produção agroexportadora já se consolidará um sistema embrionário de relações comerciais e de crédito. Esses fatores contribuíram enormemente para o processo de acumulação necessário para sustentar e fortalecer o sistema capitalista com ênfase na industrialização. Para Ianni (1984), essas transformações que deram propulsão à consolidação da classe burguesa brasileira ocorreu principalmente a partir das transformações do processo econômico, observando que

[...] a eclosão de um espírito que se não era novo, manteve-se no entanto na sombra e em um plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material.

³ Ver com maior aprofundamento Carlos Alonso Barbosa de Oliveira (2003), com o livro *O Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*, o qual analisa o desenvolvimento do capitalismo, tomando por base na primeira parte do livro a origem da manufatura, o desenvolvimento do capital comercial, a divisão do trabalho e a acumulação primitiva do capital. Na segunda parte, propõe padrões de industrialização como: originário, atrasado e tardio para analisar o sistema de países como Portugal, Espanha e Holanda. Após esse momento, faz uma intensa discussão sobre os países da América Latina e assevera que mesmo os mais avançados no processo de industrialização continuam uma inserção de subordinação na economia mundial.

Isto, na monarquia nunca se tivera como ideal legítimo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará... A transformação terá sido tão brusca e completa, que veremos as próprias classes e os mesmos indivíduos mais representativos da monarquia, dantes ocupados unicamente com a política e funções similares, e no máximo com uma longínqua e sobranceira direção de suas propriedades rurais, mudados subitamente em ativos especuladores e negociistas. (1984, p.29).

Compreendemos que a caminhada do processo de configuração da classe burguesa brasileira não foi tão linear no que se refere à sua construção histórica. Há avanços, retrocessos e uma forma muito peculiar no que diz respeito à consolidação desta etapa no Brasil. Na compreensão de Florestan Fernandes, o que ocorreu de fato foi a configuração de "várias burguesias (ilhas burguesas) que formaram-se em torno das plantação e das cidades [...], "e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual se definem os interesses comuns." (2005, p.240).

Todavia, não foi só o comércio que consolidou o poder burguês na sociedade brasileira, antes mesmo dessa legitimação através do sistema comercial, essa classe estabelece um pacto tácito no terreno político. Neste sentido, a consolidação da burguesia no Brasil adquiriu uma forma peculiar, pois converge também para relações com o poder estatal. Essa relação ao qual a burguesia em sua base utiliza o Estado "mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país." (FERNANDES, 2005, p.240).

Partindo deste pressuposto, pensamos ser interessante discutir a gênese desse processo nas terras alencarinhas que, por algumas peculiaridades que serão exploradas a seguir, teve de forma incisiva uma construção histórica dessa classe.

A Origem da Classe Burguesa Industrial no Ceará

Os primeiros indícios de um processo de consolidação da classe burguesa industrial no Ceará têm sua gestação oriunda da década de 1960 com a eleição de Virgílio Távora para gover-

nador. Apesar de Virgílio ser considerado como representante da política dos coronéis, carregava em seu plano de governo os primeiros germes de uma "dinâmica de modernização da economia e da máquina administrativa", a hipótese centrada neste artigo, é que o Governo de Virgílio Távora poderia ser considerado como a preparação das bases para uma classe burguesa industrial no Ceará, partindo do pressuposto que essa burguesia era em sua gênese um reordenamento da velha oligarquia.

Entendemos que tal assertiva está ancorada no pensamento de Florestan Fernandes ao relatar:

Depois da abolição, a oligarquia não dispunha da base material e política para manter o padrão de hegemonia elaborado no decorrer do império. Para fortalecer-se, ela tinha de renovar-se, recompondo aquele padrão de dominação segundo as injunções da ordem social emergente e em expansão. (2005, p.245).

O autor continua explicando que, como as velhas oligarquias não tinham mais força para superar essa fase de instabilidade, os conflitos sociais começaram a aparecer a partir de certos setores radicais das "classes médias" e da "grande burguesia (os industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro)", dessa forma

acabaram com a monopolização do poder da 'velha' oligarquia, também deram a esta a oportunidade de que precisavam para a restauração de sua influência econômica, social e política. (Ibdem., p.245).

Pensamos ser no interior desta discussão que se situava o Governo de Virgílio Távora, pois um dos fatores preponderantes da sua campanha era a ideia de "planejar ações administrativas com pretensões desenvolvimentistas", tendo por base mudar o perfil econômico do Ceará para uma economia predominantemente industrial. (ALENCAR JÚNIOR, 2002, p.19).

Em pesquisa sobre o período da história cearense, Parente (2000) pontua que:

A situação de Virgílio Távora à frente do governo do estado foi decisiva para a aceleração do Ceará na rota do III Pólo Industrial no Nordeste, que se consolidara apenas na sua volta ao governo em 1979, indicado por Geisel. Távora plantou, naquele primeiro momento – 1962/66 –, as bases desse processo que culminara numa industrialização mais intensa. (2000, p.120).

Para consolidar essa base industrial, Virgílio Távora, em primeiro momento, cria a SUDEC, uma autarquia com o objetivo de “planejar e orientar o desenvolvimento econômico e social do Estado.” (CEARÁ, 1987), similar as funções da SUDENE para o Nordeste; a CODEC, empresa de economia mista sob controle acionário do Estado do Ceará, encarregada de promover a industrialização e a implantação de distritos industriais no Estado.

Em continuidade, Virgílio⁴ concretiza sua obra estrutural e traz para o Ceará a energia elétrica de Paulo Afonso (condição principal para criação de qualquer indústria), cria o Banco do Estado do Ceará (BEC) com funções de financiamento de curto e médio prazo para empresas industriais e comerciais, amplia o Porto do Mucuripe e instala o Polo industrial de Maracanaú. Além dessa estrutura, consegue via Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a antiga SUDENE, alguns projetos no âmbito privado: a atuação de empresas como o Grupo Gerdau, Vicunha, Têxtil Machado e Artex. De certa forma, estavam consolidadas as bases industriais no território alencarino (FARIAS, 2002). Apesar de o governo ter trazido um novo horizonte para a economia cearense, alguns historiadores como Nobre (2000), Abu Jadaut (2002) e Arruda (2002) ressaltam que ocorreu o chamado processo de “modernização conservadora.”

Achamos relevante abrir espaço para explicar um pouco o processo de modernização conservadora fenômeno

⁴ Segundo Alencar Junior (2006), o processo de industrialização cearense necessitava de uma estrutura burocrática ágil, a criação do Banco do Nordeste em 1952, da Universidade Federal do Ceará em 1955 e a SUDENE em 1959 foram por demais importantes na formação de um quadro qualificado para servir na burocracia estadual (2006, p.119).

que foi bastante discutido no âmbito do processo histórico brasileiro.

De acordo com a história, o conceito de “modernização conservadora” tem sua origem nos escritos de Berrington Moore, no clássico *As Origens Sociais da Democracia*. Em sua obra, o autor identifica três possíveis caminhos de chegada à modernidade: o socialismo revolucionário, a democracia e o autoritarismo. Os *Junkers* alemães que, durante bastante tempo, controlaram a transição para o mundo moderno sem perder o controle do campo e mantendo suas propriedades oriundas do período feudal foram o grande exemplo que Moore denominou de “Modernização Conservadora.” (DOMINGUES, 2002).

Em pesquisa sobre o conceito exposto anteriormente, José Maurício Domingues (2002, p. 03), ao tratar da dialética da modernização, explica que:

[...] pode-se compreender o conceito de “Modernização Conservadora” a partir das seguintes coordenadas. Primeiramente, a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários manteriam, destarte, controle também sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz, portanto, de se libertar de relações de subordinação pessoal e de extração do “excedente” econômico por meios mais diretos. Foi isso que teve lugar na Alemanha e no Brasil, ao contrário, por exemplo, do que se passou na Inglaterra, com a transição para uma mercantilização do trabalho agrícola, ou na França e no México, com a revolução camponesa levando ao fim ou ao menos a um profundo enfraquecimento da grande propriedade rural e ao parcelamento da terra. Na modernização conservadora, as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização fazia-se, sob a liderança e levando muito em conta os interesses dos proprietários agrários, conformando-se uma “subjetividade coletiva” centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias.

Partindo desse conceito, demarcamos os processos socio-políticos e econômicos relativos à expansão do capitalismo no período mais recente da história cearense, com enorme impulso para a industrialização, a agropecuária e o setor de serviços, mas conservando o caráter concentrador de renda e de propriedade que tornam essa sociedade extremamente desigual.

Foi com essa proposta de modernização que, nos finais da década de 1970, surge, no Ceará, uma nova geração de empresários com um perfil diferenciado dos antigos donos de fábricas que a política cearense estava acostumada. Segundo Farias, constituía-se de um grupo jovem entre 35 e 45 anos,

com maior embasamento teórico e técnico, e uma concepção diferente da realidade. Sabiam, estudavam o que era capitalismo, o que é uma sociedade capitalista e qual deve ser o comportamento dos capitalistas. (2002, p. 9).

A proposta central era que esse grupo governasse o Ceará e rompesse com as antigas bases coronelistas do estado que já vinha por muitos anos. Afinal Tasso representava o projeto político burguês para o Ceará.

Em meados dos anos de 1980, um jovem representante da elite empresarial do Ceará e recém-saído da diretoria do Centro Industrial do Ceará (CIC) assume o governo do estado. Tasso Ribeiro Jereissati⁵ governou o Ceará em três mandatos específicos, o primeiro dos anos de 1987-1990, o segundo de 1995-1998 e o terceiro de 1999-2002. No campo político, a bandeira levantada para o governo tinha como *slogan* "O governo das mudanças⁶" que, basicamente, revelava como intenção, estabelecer através de uma reforma político-admi-

⁵ Tasso Ribeiro Jereissati nasceu em Fortaleza no ano de 1947, sendo filho do senador Carlos Jereissati, figura que exerceu intensa atividade política no Estado nas décadas de 1950-1960 como presidente do velho PTB. Com a morte precoce do pai em 1963, o "galeguinho" mudou-se para o centro-sul do país, formando-se em administração na Fundação Getúlio Vargas (São Paulo). Tasso era então um dos homens mais ricos do Ceará, dono de uma *holding* que envolvia *shopping centers* (Iguatemi), hotéis, moinhos, agroindústrias, fábricas de bebidas (Coca-cola) etc. Em abril de 1986, ingressa no PMBD a convite de Mota que, na prática, não passou de um trampolim para que os "jovens empresários" conquistassem o comando do Estado — tanto que depois, "Totó" seria totalmente renegados pelos "meninos" do CIC.

nistrativa do estado novas condições para se criar um nível de desenvolvimento local, em que o Ceará se modernizasse e tornasse competitivo no mercado mundial.

Em seu primeiro mandato (1987-1991), Tasso fortalece o campo político neoliberal através de parcerias com outros representantes da burguesia industrial cearense, especificamente de órgãos como a Federação da Indústria do Estado do Ceará (FIEC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Centro Industrial do Ceará (CIC). Esse fortalecimento das bases empresariais, em conjunto com ações oriundas do Plano das Mudanças (1987), faz com que o Ceará se torne o estado com maior disponibilidade em receber o ramo industrial. Para que isso ocorresse, foram implantadas alterações na estrutura burocrática do estado, amparadas por estratégias maiores do Governo Federal. Além disso, alterou as relações com diferentes setores da sociedade.

Para tal alteração na estrutura governamental, o governo propõe maior racionalidade à máquina burocrática, situação essa que levou à redução de funcionários públicos que compunham a administração estadual, a terceirização de serviços; o estímulo ao afastamento e às demissões voluntárias; à contenção salarial; além da diminuição dos custos de órgãos do estado. Esse processo conduz o Estado do Ceará para entrada no contemporâneo mercado capitalista.

⁶ O documento "Ceará, Plano das Mudanças" tem como metas governamentais as seguintes: "o fortalecimento da base econômica, a expansão do mercado interno, viabilizado a partir da incorporação de grandes massas da população a níveis de renda mais elevados; a universalização do acesso de todas as crianças à escola básica e de toda a população carente aos serviços essenciais de saúde e saneamento; a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da população através da compatibilização do desenvolvimento econômico com a utilização dos recursos naturais; a adequação da produção científica e tecnológica, às reais demandas da comunidade em termos de técnica de produção; a dinamização da cultura cearense para o afloramento de suas diversidades étnicas, sociais e regionais, a redução dos desequilíbrios espaciais e econômicos e intervenção nos centros urbanos de forma a garantir melhorias nas condições de vida da população e o aproveitamento do potencial turístico no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Ceará e a modernização da administração pública estadual, transformando-a em agente propulsor importante do processo de mudança estrutural da economia e da sociedade cearense." (CEARÁ, 1987, p.45).

Nobre (2008) aponta que, nessa época, o governo passa a promover uma agressiva campanha publicitária ressaltando suas conquistas em termos de ajuste fiscal e equilíbrio de contas públicas, e, principalmente, oferecendo imensos incentivos fiscais para atrair novos investidores. Em vista dessa campanha, Farias (1997) comenta que, nessa época, instalou-se no Ceará em torno de 454 empresas industriais, principalmente nos ramos metal mecânico, calçadista, têxtil, de confecções e eletro-eletrônicos.

De forma concreta, o Programa Neoliberal do governo Tasso estava imposto ao Ceará. As empresas tinham cada vez mais espaço no território cearense principalmente na região metropolitana do estado, a classe burguesa industrial agora tinha domínio não só do setor da economia, mas também do setor político, situação que sempre foi desejosa pela classe. Essa fase constituída pela entrada da burguesia empresarial cearense transforma não só o cenário político, mas o cenário social cearense.

Farias (2002) expressa que o segundo e o terceiro mandato de Tasso serve para consolidar sua forma de governar não só em nível estadual, mas em nível federal apoiado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso que assumiu a condução do país com uma política neoliberal severa. Tasso com "os germes dessa proposta privatiza a TELECEARA (comprada pelo grupo nacional TELEMAR) e a Coelce (que passou para um consórcio de chilenos, espanhóis e portugueses)." (2002, p.22).

Todavia, Gondim (2002), em pesquisa sobre o Governo Tasso, expõe que as mudanças ocorridas na sociedade cearense, a partir da eleição de Tasso Jereissati, aconteceram em função das mudanças estruturais que ocorreram na economia e na sociedade desse estado desde a década de 1950 e que criaram condições para emergência dessas novas elites.

Com tudo o que queremos advogar é que essa geração nova que se configurou em uma suposta classe burguesa industrial moderna, por assim dizer, era oriunda de uma antiga geração, pois

As raízes familiares ligavam-os aos velhos industriais que enriqueceram através dos estímulos, vícios e virtudes do Estado. A geração CIC era 'neta' da SUDENE, BNB, FINOR, instituições que aplicaram vultosas quantias de dinheiro público em suas empresas. (FARIAS, 2004, p. 458).

O que precisamos compreender é que o ciclo pernicioso das relações de poder não se diluiu apenas porque uma suposta nova classe social acabará de instalar-se no poder. As relações de compadrio, favorecimento e autoritarismo se reverberaram, esse novo grupo transformou o "Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto no plano social e político." (FERNANDES, 2005, p.255).

Algumas Considerações

No Ceará, a constituição hegemônica da "supostamente nova" classe burguesa industrial, a partir dos finais da década de 1980, tem sido apresentada no cenário nordestino e nacional como expressão de transformação na estrutura tradicional de poder. Todavia, a modernização apresentada por essa nova classe se constituiu ancorada nas realizações do "governo dos coronéis", principalmente de Virgílio Távora. Assim, a "dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente [...]" (FERNANDES, 2005, p.243).

Porém, a grande questão é, porque essa classe tornou-se tão poderosa e propagou-se tão sem medida na sociedade? O fato é que mesmo sendo herdeira da oligarquia alencarina, essa classe alcança sua "plenitude na erupção do capitalismo monopolista", isso faz com que seu poder opressivo e de dominação encontre cada vez mais ressonância no interior da sociedade à medida que se agrega a um processo global do capital financeiro. A classe burguesa industrial do Ceará não tece suas relações de poder de forma solitária, as redes a qual pertence estão vinculadas ao processo global da modernidade, suas marcas que hora retratam um caminho conservador e moralista, hora modernizador e liberal são suas ferramentas de exploração e dominação da terra.

Referências Bibliográficas

- ABU-EL-HAX, Jawdat. Classe, onde a administração pública no Ceará. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria. *A era Jereissati: modernidade e mito 1*. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 202.
- ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará*. Tese (Doutorado em Sociologia), Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2002.
- BRUNO, Arthur. Airton de Farias. Demétrio Andrade. *Os pecados capitais do cambeba*. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2002.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*. São Paulo: UNESP; Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2004.
- BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. 2005. 341f. Tese. (Doutorado em Economia Aplicada). Campinas, Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. 2005.
- CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. *A educação cidadã na visão empresarial: o telecurso 2000*. Campinas/SP: Autores Associados, 1999.
- CEARÁ. Governo Tasso Jereissati. *Plano de mudanças*. Fortaleza: IOCE, 1987.
- DOMINGUES, José Maurício. *A dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil*. Dados – Rio de Janeiro: 2002, v. 45.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schuman. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGUITA, Mariano Fernández. *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FARIAS, Airton de. *História do Ceará: dos índios à geração cambeba*. Fortaleza: Tropical, 1997.

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica social-capitalista*. 3.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- FURTADO, Milton Braga. *Síntese da economia brasileira*. Rio de Janeiro: OLTC, 1998.
- GONDIM, Linda Maria P. Os Governos das Mudanças (1987-1994). In: SOUSA S. (Org). *Uma nova história do Ceará*. 2.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ERIC J. Hobsbawm, *A era do capital*, 5.ed., São Paulo, Paz e Terra, 1996
- IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. Introdução de Jacob Gorenender. São Paulo: Moraes, 1984.
- _____. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Ched, 2006.
- NOBRE, Geraldo da Silva. *O processo histórico da industrialização do Ceará*. 2. ed. Rev. e ampli. Fortaleza: FIEC, 2000.
- NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. *Modernização do atraso: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da "Era Tarsso"*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia). Fortaleza, UFC, 2008.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário e atrasado*. São Paulo: UNESP Editora, 2003.
- SILVA, Maria Abádia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.